

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
DECÊNIO 2024-2034 (PL 2614/24)**

Aprova o Plano Nacional de
Educação para o decênio 2024-
2034.

Apresentação: 19/05/2025 20:43:36.937 - PL2614/24
EMC 2.176/2025 PL2614/24 => PL 2614/2024
EMC n.2176/2025

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____, DE 2025

Altera a Estratégia 18.4 no Tema 18, do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que institui o Plano Nacional de Educação para o período de 2024 a 2034, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Estratégia 18.4: Definir critérios para a distribuição de recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio que considerem a equalização das oportunidades educacionais e as vulnerabilidades socioeconômicas, socioambiental, racial, de sexo, de gênero, e regional, consideradas as interseccionalidades, que resultem em acréscimos adicionais aos valores do CAQi e do CAQ em todas as etapas e modalidades, considerando a heterogeneidade territorial do país em suas especificidades como da Região Amazônica, ou dos entes que possuem um grande número de escolas rurais entre outras, considerando a dívida histórica com a população negra e indígena do país.

JUSTIFICATIVA

A emenda propõe ajustes na distribuição de recursos adicionais para a educação, garantindo que sejam alocados de forma estratégica e equitativa. O objetivo é priorizar critérios que combatam desigualdades históricas e estruturais, como vulnerabilidades socioeconômicas, socioambientais, raciais, de gênero e regionais, além de considerar interseccionalidades (sobreposição de identidades sociais). Os valores adicionais serão calculados com base na implementação do CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial) e do CAQ (Custo Aluno-Qualidade), assegurando padrões mínimos de qualidade, como dias letivos adequados, formação docente, infraestrutura escolar e materiais didáticos.

A proposta também destaca a necessidade de considerar as especificidades territoriais do país, como regiões com desafios únicos (Amazônia, áreas rurais)



e populações historicamente negligenciadas (negras e indígenas). Além disso, substitui o termo “sexo” por “gênero” para ampliar o escopo das políticas de inclusão, reconhecendo dinâmicas mais complexas de discriminação.

O foco central é reduzir disparidades educacionais, universalizar o acesso à educação de qualidade e garantir que os recursos atendam às demandas diversificadas do território nacional, alinhando-se aos princípios constitucionais de igualdade e direito à educação.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em 14 de maio de 2025.

Luizianne Lins

Deputada Federal - PT/CE

